



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAPECURU-MIRIM - CESIM
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

JESIANE BARBOSA CORRÊA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO MEIO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Itapecuru-Mirim
2022

JESIANE BARBOSA CORRÊA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO MEIO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa para obtenção do grau em Letras.

Orientador (a): Prof.^a. Esp. Katiana Oliveira dos Santos

Itapecuru-Mirim
2022

Corrêa, Jesiane Barbosa.

Preconceito linguístico como meio de exclusão social / Jesiane Barbosa Corrêa. - Itapecuru- Mirim, MA, 2022.

44 f

Monografia (Graduação) - Curso de Letras Licenciatura, Centro de Estudos Superiores de Itapecuru-Mirim, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Esp. Katiana Oliveira dos Santos.

1. Preconceito linguístico. 2. Variação linguística. 3. Exclusão social.
1. Título.

CDU: 81'271.16

JESIANE BARBOSA CORRÊA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO MEIO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Monografia apresentada ao Curso de Letras Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa para obtenção do grau em Letras.

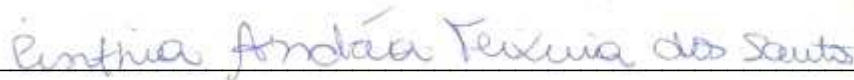
Orientador (a): Prof.^a. Katiana Oliveira dos Santos

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Katiana Oliveira dos Santos



Cinthia Andréa Teixeira dos Santos

1º Examinador



Claudiene Diniz da Silva

2º Examinador

A Deus o grande criador que sempre me mantém de pé, a cada professor que tive nesta instituição e a minha admirável e querida mãe por cada esforço que tens feito por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele não teria chegado até aqui.

A minha mãe por cada esforço e dedicação.

Aos professores desta instituição, em especial a minha orientadora Kantiana Oliveira dos Santos.

Enfim, a todos os meus colegas de classe com os quais caminhei durante essa trajetória, em especial minha grande amiga Mariana.

Escrever corretamente a Língua Portuguesa não é sinal de inteligência. Inteligência é saber respeitar as variações linguísticas e ter jogo de cintura para se comunicar com qualquer pessoa em qualquer situação.

Gabardo

RESUMO

Esta pesquisa cujo título é preconceito linguístico como meio de exclusão social, discute sobre o conceito de preconceito linguístico, assim como suas causas e consequência para a sociedade brasileira. Buscou-se também apresentar argumentos sobre outras questões relacionadas ao assunto em debate, como por exemplo a exclusão social. Assim o estudo aqui apresentado teve como objetivo geral debater sobre o preconceito linguístico e os mecanismos que contribuem com a exclusão social, e como objetivos específicos analisar o uso da língua como meio de comunicação entre os falantes da língua portuguesa no Brasil, na perspectiva de que não há “certo”, nem “errado” e sim uma grande diversidade linguística, por fim, objetiva-se estabelecer relação entre o preconceito linguístico e a exclusão social, dirigidos às pessoas de classes sociais com menor poder aquisitivo e com baixa instrução escolar. A metodologia deste trabalho, consiste em um levantamento de pesquisas bibliográficas, com abordagens qualitativas, baseada nos estudos de autores renomados, como a pesquisadora Bortoni Ricardo (2004), Marta Scherre (2005), Fiorin (2007) e Marcos Bagno (2015), que é considerado hoje como a maior autoridade brasileira na discussão sobre variação e preconceito linguístico.

Palavras-chave: Preconceito linguístico. Variação linguística. Exclusão social.

ABSTRACT

This research, whose title is linguistic prejudice as a means of social exclusion, discusses the concept of linguistic prejudice, as well as its causes and consequences for Brazilian society. It was also sought to present arguments on other issues related to the subject under debate, such as social exclusion. Thus, the study presented here had as its general objective to discuss linguistic prejudice and the mechanisms that contribute to social exclusion, and as specific objectives to analyze the use of language as a means of communication among Portuguese speakers in Brazil, in the perspective that there is no “right”, nor “wrong”, but a great linguistic diversity, finally, the objective is to establish a relationship between linguistic prejudice and social exclusion, aimed at people from social classes with lower purchasing power and with low schooling. The methodology of this work consists of a survey of bibliographic research, with qualitative approaches, based on the studies of renowned authors, such as the researcher Bortoni Ricardo (2004), Marta Scherre (2005), Fiorin (2007) and Marcos Bagno (2015), who is considered today as the greatest Brazilian authority in the discussion of linguistic variation and prejudice.

Keywords: Linguistic. prejudice. Linguistic variation. Social exclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	LÍNGUA E LINGUAGEM	14
2.1	Língua oral e língua escrita.....	16
2.2	Variedades linguísticas e a norma padrão.....	19
3	PRECONCEITO LINGUÍSTICO.....	22
3.1	Contexto histórico.....	24
4	PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO MECANISMO DE EXCLUSÃO SOCIAL.....	32
5	ANÁLISES E RESULTADOS DE DISCUSSÕES	37
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERENCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico é uma realidade da sociedade que reflete em todos os ambientes que o indivíduo se relaciona, seja na escola onde se inicia o seu aprendizado formal para a vida, seja nas redes sociais quando busca entretenimento ou em seu ambiente de trabalho.

Assim, buscou-se discutir sobre o preconceito linguístico e sua relação com os mecanismos que contribuem com a exclusão social, para mostrar que há entre os falantes de língua portuguesa o preconceito linguístico, e que esse preconceito, que favorece a língua padrão, permanece ativo por meio das ideologias das elites e se processa utilizando um discurso muitas vezes claro e outras vezes velado, mas sempre com a intenção de diminuir as demais variações linguísticas como se, saber a norma culta fosse sinônimo de superioridade, e não sabe-la fizesse do outro um indivíduo desprezível.

No estudo da linguística, notadamente as variantes linguísticas faladas pelos grupos mais economicamente abastados, que compõem a parte mais alta da pirâmide social são consideradas corretas. Por outro lado, parte da sociedade despreza as variantes linguísticas praticadas por indivíduos com pouca instrução escolar e baixo poder aquisitivo, classificando-as como erradas.

Assim, é correto pensar que existe um conflito no uso da língua materna, que está relacionado à distância entre o uso natural da língua e o que se convencionou chamar de norma padrão? Quais as bases das avaliações sociais feitas à respeito de uma determinada variante linguística? determinadas variantes podem denunciar algumas características do sujeito que as produz, tal fato pode contribuir com o que se denomina preconceito linguístico?

O preconceito social fica caracterizado ao observar que os falantes das variedades do português não-padrão são, de fato, os falantes das classes sociais menos favorecidas. Estes mesmos, em muitas oportunidades são acusados de “assassinar a gramática”. Porém, antes de tudo, são vítimas de uma sociedade injusta e desigual. Uma sociedade capitalista, onde os que detêm o poder aquisitivo, são detentores também das regras gramaticais as quais querem impor sob pena de exclusão o grande restante da sociedade.

Neste sentido, trabalhou-se com as hipóteses de que: O preconceito

linguístico reafirma um preconceito ainda mais grave, que é o preconceito social, baseado na inferiorização de falantes de regiões brasileiras menos desenvolvidas; A língua não é reconhecida como organismo vivo e mutável e assim falta a busca pelo reconhecimento de que a existência de muitas variedades linguísticas são muito importantes para a formação do indivíduo; As avaliações sociais feitas sobre a língua ou variante linguística não se baseiam em critérios não linguísticos, mas sim em critérios econômicos e sociais.

Desse modo, o objetivo principal é, explorar o tema preconceito linguístico e sua relação com a exclusão social, assim, gerando possíveis debates com hipóteses e sugestões de soluções para o assunto, será feito um levantamento sobre os estudos já publicados, com autores conceituados no assunto em questão, tais como, Marcos Bagno, José Luiz Fiorin, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Fernando Tarallo, William Labov, Marta Scherre dentre outros, além da leitura de diversos artigos sobre o assunto, com a finalidade de compreender os variados pontos de vistas para a construção da monografia. Em caráter exploratório e descritivo, a seguinte pesquisa almeja, por meio da descrição dos fatos observados e da releitura de autores renomados, trazer uma visão ampla sobre o preconceito linguístico, variações linguísticas, e como esse preconceito linguístico reflete nas interações sociais.

Assim, a escolha para escrever sobre o referente tema, justifica-se pela possibilidade de abordá-lo em um momento acadêmico importante, que é a elaboração de trabalho de conclusão de curso, e assim, junto aos outros inúmeros trabalhos já publicados poder gerar interesses e reflexões sobre o tema, uma vez que se faz tão presente dentro da sociedade.

Contudo, este trabalho não teve a pretensão de buscar ou encontrar soluções fáceis com fórmulas prontas e acabadas para erradicar o problema, mas sim contribuir para a reflexão e conscientização do referido tema em questão.

No que diz respeito à estrutura deste trabalho, o mesmo está organizado em 6 (seis) seções. Na introdução, apresenta-se a problematização da pesquisa, o objetivo geral, os específicos, a justificativa e a sua relevância social para reflexão sobre o preconceito linguístico e a necessidade de combatê-lo, assim como se apresenta a estrutura do trabalho. Na segunda seção trata-se do referencial teórico que cerca o tema, discutindo sobre língua e linguagem; língua oral e língua escrita;

variedades linguísticas e a norma padrão. Na terceira seção explica-se mais especificamente do preconceito linguístico, a forma como se apresenta em solo brasileiro, suas possíveis causas e consequências. Na quarta seção debateu-se sobre o funcionamento do preconceito linguístico como mecanismo de exclusão social, uma vez que se mostra a serviço da elite dominante do país. Na quinta seção refere-se sobre as necessidades e as formas de combater o preconceito linguístico no país. Por fim na última seção expõe-se as considerações finais a respeito do tema. Na sequência apresenta-se as referências.

2. LÍNGUA E LINGUAGEM

Língua é a habilidade criada pelas sociedades humanas, é um meio de comunicação dos falantes de determinada sociedade, ou seja, é o instrumento usado pelos membros da mesma sociedade para estabelecerem a comunicação entre si.

Sobre o conceito de Língua, Saussure, diz que:

A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. ela é apenas o principal desses sistemas” (SAUSSURE, 1970, p.24).

Aparentemente é muito simples os conceitos de língua e linguagem, porém as discussões sobre uma e outra são clássicas. Para Saussure (1916, p. 16-17), é preciso colocar-se no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as manifestações da linguagem, de modo que o estudo da linguagem perpassa pelo estudo da língua.

Por outro lado, Franchi (2002, p. 38), em discordância da perspectiva de estudo da linguagem defendida por Saussure, acredita que essa concepção de linguagem conduz ao esvaziamento da própria linguagem e a um privilégio da noção de língua, porque a linguagem diferentemente da língua não possui limites de alcance.

No entanto há uma visão mais ampla, em torno da discussão, que acredita que:

A linguagem é uma entidade viva, presente em todas as situações e manifesta-se de modos particulares em cada contexto, sofrendo a influência de fatores socioculturais e ideológicos intrinsecamente. (AMOEBÓ; SOARES 2018, p.130)

Os falantes quando se expressam exteriorizam o que pensam. A expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. A enunciação é um ato monológico, desenvolvido individualmente, que não sofre interferência do outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece.

Já no que se refere à linguagem enquanto instrumento de comunicação, os autores Fuza, Ohuschi e Menegassi (2011) afirmam que esta concepção de linguagem orientou muitos professores, na década de 60 e, segundo Koch (2002)

pode ter o texto como um produto lógico do pensamento (representação mental) do autor, nada mais cabendo ao leitor/ouvinte senão captar essa representação mental.

A língua contém características intrínsecas e, assim como os seres humanos, passa por modificações no decorrer dos tempos. Não se pode esperar que a língua seja inflexível e imutável. Na verdade,

A língua é, assim, um grande ponto de encontro; de cada um de nós, com os nossos antepassados, com aqueles que, de qualquer forma, fizeram e fazem a nossa história. Nossa língua está embutida na trajetória de nossa memória coletiva. Daí o apego que sentimos à nossa língua, ao jeito de falar e nosso grupo. Esse apego é uma forma de selarmos nossa adesão a esse grupo (ANTUNES, 2009, p.230)

A língua é, portanto, na percepção da sociolinguística uma estrutura maleável, que apresenta variações, mas há muitos elementos gramaticais, fonéticos e léxicos que são comuns às variedades de uma língua (CEZARIO; VOTRE, 2018, p. 147).

Para Marcos Bagno (2006), a língua é uma entidade social em constante transformação por nós que a inventamos e reinventamos todos os dias. É uma das principais manifestações da nossa brasilidade, formada por inúmeros sotaques e expressões.

A língua reflete diretamente na identidade do indivíduo, esta é a principal ferramenta de comunicação que está presente a todo momento na vida em sociedade. Por outro lado, a língua possui um caráter social, uma vez que pertence a todo um conjunto de pessoas, é a parte social da linguagem.

No entanto, não há de se confundir, o que é língua e o que é linguagem. Mesmo que muitas vezes sejam usadas como sinônimos, são instrumentos distintos. Sobre esse assunto Marcuschi nos leva a refletir:

A língua é o resultado de um trabalho coletivo, histórico e cultural, é viva e ativa, transforma-se e transforma a sociedade compondo um jogo de linguagem repleto de recursos expressivos que se associam ao contexto, a situações e relações entre os falantes: “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal, não no sistema linguístico abstrato das formas de língua nem no psiquismo individual falante”. (MARCUSCHI, 2001, P.125)

Se é fato que língua não se confunde com linguagem, por outro lado é fato também que não se pode conceber a língua independente da linguagem, pois língua e linguagem seguem juntas, mudam juntas, portanto, são indissociáveis, principalmente na comunicação em sociedade.

Assim como a língua, a linguagem também está atrelada à aspectos sociais, políticos, históricos entre outros, não se pode falar de sistema autônomo, homogêneo e fechado em si mesmo. Assim, de forma bastante simplificada pode se dizer que a língua é um conjunto de códigos verbais, uma espécie conjunto de palavras e combinações específicas compartilhadas por um determinado grupo social, enquanto que a linguagem é o mecanismo que este grupo social utiliza para transmitir os conceitos, ideias e sentimentos, ou seja, é um conjunto de signos ou sinais utilizados num processo de interação social.

2.2 Língua oral e língua escrita

Como se pôde compreender do texto apresentado na seção anterior, a língua funciona como um sistema de signos vocais utilizado como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística.

Sobre a língua, é importante destacar que, são duas as modalidades, oral e escrita. Não há entre uma modalidade e outra nenhuma espécie de hierarquia, ambas são importantes, no entanto, a língua escrita é sempre mais valorizada, como se de uma forma ou de outra se sobpusesse sobre a língua oral, que por sua vez possui uma relação mais direta entre falante e ouvinte e pode ser acompanhada de recursos extralinguísticos, como por exemplo gestos, imagens, sons, cores expressões, etc.

Seguramente, todos concordam que a língua é um dos bens sociais mais preciosos e mais valorizados por todos os seres humanos em qualquer época, povo e cultura. Mais do que um simples instrumento, a língua é uma prática social que produz e organiza as formas de vida, as formas de ações e as formas de conhecimento. Ela nos torna singulares no reino animal, na medida em que nos permite cooperar intencionalmente, e não apenas por instinto. Mas do que um comportamento individual, ela é atividade conjunta e trabalho coletivo, contribuindo de maneira decisiva para a formação de identidades sociais e individuais (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2007, P. 14).

Em uma abordagem sobre a linguagem oral, destaca Fiorin, (2007, p. 17):

[...] a Linguística detém-se somente na investigação científica da linguagem verbal humana. No entanto, é de se notar que todas as linguagens, (verbais ou não verbais) compartilham uma característica importante – são sistemas de signos usados para a comunicação. Esse aspecto comum tornou possível conceber-se uma ciência que estuda todo e qualquer sistema de signos. Saussure a denominou Semiologia; Peirce a chamou de Semiótica. A Linguística é, portanto, uma parte dessa ciência geral; estuda a principal

modalidade dos sistemas signos, as línguas naturais, que são a forma de comunicação mais altamente desenvolvida e de maior uso.

Sobre a citação destacada acima verifica-se que as linguagens são múltiplas e todas utilizam-se de signos usados para a comunicação. Embora existam e constantemente sejam usadas para a comunicação de linguagens como, a dança, pintura e outras que não são capazes de transmitir, como as línguas naturais, toda a expressividade humana torna a linguagem um mecanismo de maior relevância na comunicação.

As linguagens e as histórias podem também servir de instrumentos para contribuir na descoberta do mundo, mostrando que as coisas nem sempre foram como são hoje, e que são passíveis de transformações mais profundas, contudo, é importante que, a variedade esteja relacionada com as formas de vida dos falantes, pois a língua de uma comunidade na maioria das vezes representa sua própria identidade. Neste sentido, Bagno (2003, p. 17) afirma que:

Nós somos muito mais que meros “usuários” da língua: a noção de “usuário” faz pensar em algo que está fora de nós, uma espécie de ferramenta que a gente pode retirar de uma caixa, usar e depois devolver à caixa. Nossa relação com a linguagem é muito mais profunda e complexa do que um simples “uso” – até por que essa relação se faz com a própria palavra linguagem! Aliás, a própria palavra “relação”, aqui, não dá conta dessa complexidade.

Não se pode estar desvinculado das realidades construídas por toda a comunidade e nem vinculado a uma realidade ilusória de uma pequena parcela da sociedade, que se preocupa em naturalizar as coisas do dia a dia por meio de histórias e linguagens desprovidas de significados e sentidos para seus integrantes dominados por uma minoria opressora.

Dito isso, tanto na modalidade oral ou escrita, o mais importante é a concretização da comunicação efetiva, ou seja, o entendimento entre emissor e receptor, pois a língua é rica e possui diversas possibilidades comunicativas.

Para Bagno (2007), desde as épocas mais antigas, as pessoas se acostumaram a comparar a língua falada mais espontânea e também menos monitorada com a língua escrita mais elaborada, de preferência em seus usos literários. Desde os primórdios da humanidade uma falsa visão dicotômica foi criada na cultura, separando rigorosamente a fala da escrita, como se fossem coisas opostas, quando na verdade não são.

Sobre o assunto em questão, Bagno (2007), diz que é com a supervalorização da escrita e a desvalorização da fala que surgiram algumas noções absolutamente errôneas acerca da relação entre as duas modalidades de uso da língua.

Neste sentido,

A modalidade escrita não pode ser entendida como uma representação da fala, já que não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como prosódia, gesto, olhar. Por outro lado, a escrita caracteriza-se por apresentar elementos próprios, ausentes na modalidade oral, como o tipo e tamanho de letras, cores, formatos, que desempenham, graficamente, a função dos gestos, da mímica e da prosódia. Assim, oralidade e escrita são práticas e usos da língua com especificidades e condições distintas de realização, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos. Ambas possibilitam a criação de textos coesos e coerentes, permitindo a elaboração de exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais, entre outras (ANDRADE, 2011, p.51).

Grande parte da população ignora as variedades linguísticas existentes, agem como se só existisse uma única forma de falar, que se fundamenta na modalidade escrita da língua. Ainda que a modalidade oral, seja muito mais usada do que a modalidade escrita. Porém, até a escola, quando trabalha a língua portuguesa, carece de abordagens de aspectos orais nas salas de aula, o que se nota é a supervalorização da escrita. Deve ser esclarecido aqui que a escrita é fundamental na educação, mas a oralidade, a fala e expressão de cada um, também são de extrema importância.

Percebe-se que essa ideia de que a modalidade escrita seja mais importante do que a língua falada, já seja indício de preconceito linguístico, uma vez que a fala, enquanto manifestação da prática social para fins interativos de comunicação, é adquirida naturalmente no convívio diário com outros falantes da língua desde os primeiros meses de vida quando o bebê emite sons, sem que seja necessária uma educação formal ou a frequência do indivíduo à escola.

Desta maneira, constata-se que:

A fala seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano (MARCUSCHI, 2001, p.25).

Em regra, parte da sociedade vê a língua somente como repertório de escrever bem e falar bem, sem, portanto, compreender a diversidade linguística.

Sem diferenciar por exemplo as características marcantes presentes seja na língua oral ou na língua escrita.

2.3 Variedades linguísticas e a norma padrão

As línguas passam constantemente por processos de mudanças, pois estas são extremamente dinâmicas, e assim, quando a sociedade evolui, as línguas também evoluem e se modificam, ainda que seus falantes não percebam essa mudança no momento em que elas acontecem.

Tais mudanças, são notadas ao longo do tempo, variação diacrônica, variação diatópica e há também aquelas que ocorrem entre diferentes estratos sociais, entre aqueles com mais e menos escolaridade, a chamada variação diastrática.

Quando se compara textos escritos em épocas diferentes, um escrito hoje com outro escrito do século passado, percebe-se grandes diferenças. As mudanças não são apenas ortográficas, como também fonéticas, fonológicas e semânticas, que são facilmente observadas comparando as gerações.

Por isso, deve-se compreender as variedades linguísticas como variações que uma língua apresenta em razão das condições sociais, culturais e regionais nas quais é utilizada. No Brasil, a variedade linguística de prestígio, é “aferida em função de sua maior ou menor semelhança com a norma – padrão lisboeta consagrada pelos escritores brasileiros” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.36).

A língua exerce um papel fundamental neste sentido, pois é através dela que as ideologias são disseminadas por intermédio do discurso, o que, segundo Fiorin (2007), é a forma de materialização de uma ideologia.

As variedades linguísticas da classe dominante e seus conhecimentos proliferam através do discurso e das suas formas de pensar, pois as suas linguagens e seus conhecimentos estão presentes na forma de vida de grande parte das pessoas, o que promove a construção de uma sociedade estruturada a partir da lógica da classe dominante.

Em oposição à presença de uma única variedade linguística, Silveira (2009, p. 02) aponta para a existência e a utilização de mais de uma variedade e de mais de uma lógica em sala de aula, afirmando que: “o diálogo entre eles [professores e alunos] envolvem diferentes linguagens com diferentes lógicas -

linguagem do aluno, linguagem do professor e linguagem matemática proporciona a convergência para a mesma significação”.

Neste contexto, a existência de um padrão idealizado de uso da língua é imposta para que todos os falantes da língua portuguesa alcancem esse padrão ideal, que tem como base a norma culta. pois, quanto mais distante da norma culta, mais distante esta do prestígio, e do reconhecimento de bom falante.

É inegável que a falta de domínio da língua culta, é tido como fator de segregação. Pois:

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (BRASIL, 1998, p.31).

Neste sentido, é importante refletir sobre o ensino da gramática, seja voltado para uma gramática de uso, uma gramática reflexiva, auxiliada pela gramática teórica e normativa levando em conta a interação em situação comunicativa, pois a norma culta é primordial e muito importante, assim como as variações linguísticas. É a norma culta que rege um idioma, mostra caminhos e deve ser estudada nos ambientes escolares para que assim todos tenham acesso às diferentes formas de pensar a língua.

Existem contextos em que se produz um vocabulário mais coloquial, menos preocupado com as regras gramaticais, da mesma forma existem textos em que se deve sim optar pela linguagem padrão, pois, um texto repleto de expressões típicas pode não ser acessível a todos os tipos de leitores, sobretudo, os textos literários, que cobram maior formalidade de quem escreve.

O ensino das normas gramaticais possibilita aos alunos se conhecerem e conhecerem uma variedade da língua que nem sempre faz parte do seu cotidiano, ao contrário parece pertencer a uma outra língua. A escola, por sua vez, impõe as regras linguísticas em suas práticas pedagógicas, principalmente, na disciplina de Língua Portuguesa, deixando de lado uma discussão fundamental, qual seja, a língua como uma estrutura de poder e conseqüentemente de posição social.

Marcos Bagno (1999) argumenta que há, na escola, um círculo vicioso que sustenta o preconceito linguístico atrelado a outro círculo vicioso que é o da injustiça social. O círculo vicioso do preconceito linguístico é formado pela união de três elementos que, ironicamente, o autor designa de “Santíssima Trindade” (BAGNO, 1999, p. 72), a saber: a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos. Desse modo:

[...] a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores — fechando o círculo — recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua. (BAGNO, 1999, p. 75).

Observa-se então, que é um círculo vicioso que limita as possibilidades de a escola trabalhar com as diversas manifestações de linguagens, ou, muitas vezes, provoca a reprodução do discurso de que existe uma maneira “correta” de falar e escrever.

Não raro, se encontrar nos livros didáticos, solicitações aos alunos, em suas atividades, que corrijam determinada variedade linguística segundo a norma-padrão. Como desvalorização das falas produzidas longe dos grandes centros, é muito comum, por exemplo, uma mostra da Turma da Mônica com as falas do Chico Bento, ou outro personagem do campo e as atividades solicitarem as correções das variedades usadas pelos personagens, a fim de que a norma padrão prevaleça, deixando-se de lado as questões semânticas, culturais e, principalmente, as relações desiguais de poder que envolvem os interlocutores em dada situação.

É esse modo autoritário, intolerante e repressivo que impera na concepção de língua uma, imaculada, que sustenta o preconceito linguístico criticado por Bagno (1999). Essa questão precisa ser trabalhada na escola, com o objetivo de levar os alunos a duvidarem dos discursos que excluem as variedades linguísticas presentes no país.

Os ambientes escolares não deveriam ser os primeiros a produzirem um discurso sustentado pela ideologia dominante de que, quem fala e escreve como a gramática determina terá mais chances de ascender socialmente.

3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Ao refletir sobre o tema preconceito linguístico, nota-se que, são muitas questões que os relacionam ao regionalismo, as desigualdades sociais e culturais. Houve-se uma grande influência na língua portuguesa usada no Brasil, por culturas de matrizes africanas, principalmente as do grupo banto que influíram fortemente na formação do português brasileiro

Como diz Vainfas (2001, p. 67):

Os povos bantos predominaram entre os escravos traficados para o Brasil desde o século XVII, concentrando-se na região sudeste, mas espalhados por toda a parte, inclusive na Bahia. (...) Os Bantos oriundos do Congo eram chamados de congo, muxicongo, loango, cabina, monjolo, ao passo que os de Angola o eram de massangana, cassange, loanda, rebolo, cabundá, quissamã, embaca, benguela.

Desse modo, é fácil compreender esta mistura cultural que resultou na miscigenação do falar do povo brasileiro, que reflete nos inúmeros casos de preconceitos sobre as variações linguísticas, e que acabam afetando principalmente as classes mais pobres e com menos acesso aos meios de escolarização e instrução.

Sobre esse assunto, declara Bagno (2006, p. 65) “Toda língua é composta de variantes, pois não existe uma unidade linguística, Não há língua que seja, em toda a sua amplitude um sistema uno, invariável, rígido”.

No decorrer das ações diárias, nota-se que o preconceito linguístico está presente, muitas vezes na forma de prejulgamento que é feito por entender que determinado grupo social não faz uso das normas cultas denominadas corretas, não percebendo que, ao julgar “certo” ou “errado,” as falas das diversas regiões, desconsideram que as mesmas possuem em sua língua características próprias.

O preconceito linguístico é a discriminação da língua falada que ocorrem pelas diferentes formas de falar de cada região. Esse preconceito diversas vezes não está ligado apenas ao modo de fala do indivíduo, mas também à classe social em que ele se manifesta. Em decorrência disso, as pessoas mais afetadas por esse tipo de preconceito são: negros, nordestinos, pobres e analfabetos.

A Linguística, ciência que tem por objeto de estudo a linguagem humana, de forma ampla, as línguas naturais, sua descrição e funcionamento em todas as suas correntes de estudos tem em comum a máxima de que todas as línguas naturais mudam ao longo do tempo e variam de acordo com segundo fatores diversos, como por exemplo, fatores geográficos, históricos e sociais.

Partindo destes pressupostos o preconceito linguístico precisa ser discutido, pois gerado pela ideia de que existe uma única língua correta, baseada na gramática normativa, colabora com a prática da exclusão social. Como exemplo, oriundo do preconceito linguístico. Basta pensar na dificuldade de acesso à educação formal, pelas classes menos favorecida economicamente falando, isso pode facilmente levar essa parcela da sociedade a ser excluída em seleções de empregos, ou, até mesmo, receber atribuições de menor remuneração, que não permitam que tenham acesso a melhores oportunidades. Desse modo, famílias inteiras permanecerão no ciclo da pobreza, sem perspectivas de mudanças.

Como já foi esclarecido, o termo preconceito pode ser entendido como toda manifestação discriminatória a pessoas ou tradições diferentes ou estranhas. O próprio nome já diz, é um pré-conceito uma opinião antecipada, sem contar com informações suficientes para poder emitir um julgamento verdadeiro e justo. Apesar de injustificável.

Segundo definição Dicionário online de Português (2022):

Opinião ou pensamento acerca de algo ou de alguém cujo teor é construído a partir de análises sem fundamentos, sendo preconcebidas sem conhecimento e/ou reflexão; prejulgamento. Forma de pensamento na qual a pessoa chega a conclusões que entram em conflito com os fatos por tê-los prejulgado. Repúdio demonstrado ou efetivado através de discriminação por grupos religiosos, pessoas, ideias; pode-se referir também à sexualidade, à raça, à nacionalidade etc.; intolerância. Comportamento que demonstra esse repúdio. Convicção fundamentada em crenças ou superstições; cisma. (Etm. pré + conceito).

O preconceito linguístico, pode ser fruto de um modelo idealizado de língua, movida pela intolerância, onde o indivíduo apenas enxerga valor naquilo que lhe é próprio, ou pertencente ao seu grupo, pois tantas vezes parte de pessoas autoritárias que acreditam nas normas do respeito máximo, às suas ideias pré-concebidas, desprezando assim qualquer outra ideia que ultrapasse a realidade que consideram como normal.

Existem diferentes manifestações e tipos de preconceitos, sendo as suas formas mais conhecidas o preconceito social, quando relacionado com a classe social a qual o indivíduo pertence, o preconceito racial uma ideia estabelecida sem fundamento de que uma raça ou etnia humana é melhor ou pior que a outra, e o preconceito sexual que é discriminar alguém por sua orientação sexual. Porém,

menos conhecido, existe o preconceito linguístico que consiste na discriminação existente entre os falantes de um mesmo ou de diferentes idiomas.

Em regra, a língua é vista pela sociedade como algo já pronto, porém, Bagno (2007) enfatiza que a língua é como as águas de um rio, que não param de correr e de se agitar, isto é, a língua muda no tempo, evolui, e possui história. Sua história nunca acaba, ela sempre está se fazendo, pelas ações dos falantes.

Nem a história do dialeto está pronta e acabada, ele também vai mudando com o tempo, através das ações dos falantes (VAL; VIEIRA, 2005, p.35). À vista disso, a língua se modifica e se transforma com o passar do tempo e se define pela natureza individual e pela natureza social através da interação entre seus falantes.

3.1 Contextos histórico

No Brasil, se nota, dois principais fatores que dão sustentação ao preconceito linguístico, o fator socioeconômico e o fator regional. O preconceito relacionado ao fator regional tende a se manifestar mais amplamente em grandes centros urbanos que possuem monopólio da cultura, economia e mídia.

Por isso, as pessoas que estão vulneráveis a esse tipo de preconceito linguístico são oriundas de regiões taxadas como subdesenvolvidas por terem menos recursos financeiros, como por exemplo o Nordeste.

Infelizmente, é comum que os nordestinos sejam classificados como “analfabetos” e os indivíduos do centro-oeste sejam denominados como “caipiras”. O preconceito linguístico sob o viés socioeconômico é proveniente da elite econômica em relação às classes menos favorecidas. A língua por ser um fator social é bastante usada como uma ferramenta de dominação.

Não conhecer a norma-padrão da língua se torna um “atestado” de incompetência, de acordo com essas elites. O preconceito linguístico se constitui em um dos pilares de sustentação da divisão de classes do país.

O desenvolvimento do Brasil ocorreu de modo diferente em cada região, assim tem-se regiões mais ricas que outras. E em virtude desse desenvolvimento desigual existem regiões industrializadas e detentoras de riquezas e outras marcadas pelo retrocesso econômico.

Parece natural para a elite brasileira atribuir menor valor a tudo que é oriundo das “classes empobrecidas”, seja a cultura, seja o modo de se expressar. Assim, não seria diferente com a língua.

É primordial a existência de uma norma que regulamente a escrita, a torne homogênea e defina suas regras, porém, aqui no Brasil a mesma acaba servindo como instrumento de exclusão social, já que a maioria dos falantes não reconhecem a língua como uma unidade viva e mutável, e acaba promovendo através da língua uma distinção social entre aqueles que têm acesso à educação de qualidade e conseqüentemente, mais poder aquisitivo, daqueles que não têm acesso ao mesmo nível de educação justamente pelo baixo nível econômico. Resultando assim na perpetuação do preconceito por determinadas construções linguísticas que variam de acordo com as regiões do país, ignorando o fato de que não existe uma única língua correta.

No Brasil, costumeiramente a educação de qualidade não é de fácil acesso a todas as pessoas, mas sim, para apenas uma parcela da população que pode pagar pela educação privada e custear a aquisição de livros e outras ferramentas educacionais. Essa parcela da população com boa educação, tem acesso ao estudo da língua considerada correta, ou seja, a norma culta, enquanto a outra parte da população que não tem as mesmas oportunidades de estudo da língua portuguesa apresentada na gramática normativa, faz uso de uma língua considerada como “errada” e de quem é pobre, já que a língua-padrão, estudada nas escolas não englobam as variações e gírias, que representam o modo como essas pessoas falam.

Neste ponto é importante perceber, que a língua não é exatamente a mesma que se escreve, e que ninguém fala errado, pois a escrita é apenas uma forma de transcrever o que se diz em forma de símbolos. Mas infelizmente perpetua-se a tradição seletiva imposta pela cultura dominante que, inserida nesse contexto de relações socioculturais desiguais, tem produzido a exclusão dos grupos cujos padrões étnico-culturais não correspondem aos padrões estabelecidos pelas classes dominantes.

Para Fausto (2012) a sociedade brasileira foi formada, principalmente, por portugueses, índios e negros de origem africana, o que favoreceu o intercuro dessas culturas, que proporcionou a construção de um país inegavelmente

multiétnico. A consequência disso é o preconceito racial e também a exclusão social. Estes se constituem em graves problemas existentes nos dias atuais e estão presentes em toda a sociedade de um modo geral, e infelizmente, o espaço educativo não está ausente desse processo.

num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. (KABENGELE MUNANGA, 2004, p. 52).

Sobre o uso da língua portuguesa é interessante pensar que para os habitantes de um mesmo país, região ou até mesmo cidade, a pronúncia de determinadas palavras provoca no ouvinte discriminação, isto é, o falante acaba sendo rotulado como “estranho” por conta de sua variação linguística.

3.2 causas

É inegável que o preconceito linguístico existe no Brasil e há uma tendência a correlacionar variedades não-padrão com falta de educação. Esta situação é agravada pelo fato de que existe uma correlação entre essas variedades, o sucesso social e a riqueza. Infelizmente, essas relações são interpretadas como inerentes e deterministas por meio do processo ideológico.

Destarte, é nítido que a educação formal no Brasil, ou seja, aquela desenvolvida no seio das instituições de ensino sempre priorizou pela língua padrão, pois a mesma é exigida em concursos públicos, seletivos escolares ou profissionais e até mesmo como critério para que se tenha uma acessibilidade social no país, seja através de um emprego público, ou uma posição de destaque nos quadros de funcionários de empresas particulares.

Em relação a isso não há nem questionamentos, é uma verdade absoluta o estudo sistematizado da língua portuguesa nas escolas, ou seja, a norma padrão. No entanto o que se deve questionar é a intolerância e o preconceito com as demais variações não considerando inclusive que todas as línguas mudam, que toda língua é um grande corpo em movimento, em formação e transformação, nunca definitivamente pronto.

Somado a isso, no Brasil, o preconceito linguístico se concentra com mais profundidade nas classes mais desfavorecidas economicamente, e em relação à vida estudantil, dos alunos que frequentam as escolas públicas as quais as turmas são lotadas, tornando um pouco mais complicado a difusão de qualquer conhecimento.

O preconceito linguístico recorrente no dia a dia do brasileiro, possui muitas origens. Como a principal causa pode-se dizer que, este reside na crença de que existe somente um tipo correto de expressão da língua portuguesa e pessoas que não se encaixam neste padrão são vistas como erradas, e podem por consequências, serem vítimas desse preconceito.

Não é raro ouvir os falantes da língua portuguesa dizerem que, não sabem falar português, e que o português é muito difícil, e outras afirmações no mesmo sentido. Essas afirmações pelo que se pode deduzir dos ensinamentos de Bagno, são frutos de quatro elementos a saber: a gramática tradicional; o ensino tradicional, os livros didáticos e por fim comandos paragramaticais. Sobre esse tema, o autor explica:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa mundi não é o mundo [...] também a gramática não é a língua.

Neste sentido sobre as causas do preconceito linguístico, tem-se as variedades linguísticas, as classes e os grupos menos favorecidos e a dificuldade do ensino de aceitar a língua materna, como de fato ela é. A criança quando adentra os muros da escola já sabe se expressar na própria língua, porém precisa aprender outras variantes, inclusive a norma padrão. No entanto, o ensino formal, no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa preocupa-se com a gramática normativa mostrando suas regras e exceções, em detrimentos das variedades não-padrão.

Assim, em linhas gerais pode-se dizer que a causa fundamental do preconceito linguístico é apropriação da língua por boa parte das elites econômicas, políticas e intelectuais como meio de dominação para sobrepor-se às classes mais baixas, com pouco acesso a uma educação de qualidade para assim manter a segregação social.

3.3 consequências

Como já foi citado acima, a causa fundamental do preconceito linguístico é o domínio da língua culta pelas elites, e esta por sua vez julga negativamente as variedades linguísticas com menor prestígio social. Portanto o preconceito linguístico tem como principal consequência a exclusão social, e quem não domina o uso normativo da língua dificilmente conquistará boas vagas no mercado de trabalho. Do mesmo modo, aqueles que já nascem pertencendo à elite, com boas condições de acesso à educação e cultura naturalmente terão acesso aos bons cargos e a bons salários.

Os falantes, ao usarem a língua, emitem um juízo de valor que pode estar vinculado a um estereótipo preconceituoso, mais especificamente ao preconceito linguístico, que surge devido a não aceitação ou desconhecimento das variações linguísticas. Esse tipo de preconceito produz problemas sérios que atingem principalmente os indivíduos das classes sociais baixas por não terem um conhecimento maior da norma-padrão.

As consequências desse preconceito chegam às escolas, principalmente no ensino de língua portuguesa, pois o trabalho sobre a língua ainda é muito influenciado por concepções que priorizam a padronização linguística.

A valorização da norma padrão e a desconsideração das variantes linguísticas no ambiente escolar sustentam a exclusão de muitos alunos que fazem uso de variantes diferentes da modalidade padrão.

Por outro lado, o preconceito ocorre devido principalmente às variedades linguísticas de múltiplas origens, como por exemplo o fator social, as propagandas que satirizam sotaques e características regionais veiculada em mídias e redes sociais, assim como padrões acadêmicos caracterizados pela discriminação. Resultando em graves consequências, pois prejudica desde o desempenho escolar do indivíduo até o seu desenvolvimento profissional, já que o desestrutura socialmente como, por exemplo, as vítimas acabam se achando inferiores as outras pessoas, sem vontade de se expor por medo da rejeição.

Do mesmo sentido de que o preconceito linguístico é um dos tipos de preconceito mais empregados na atualidade e pode ser um importante propulsor da exclusão social, com a desculpa de promover a defesa da norma padrão culta. que, segundo

Scherre; Maria (2005, p. 12):

Assim, eu diria que o preconceito linguístico é mais precisamente um julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e conseqüentemente, humilhante da fala do outro ou da própria fala [...] Depreciando-se a língua, deprecia-se o indivíduo, sua identidade, sua forma de ver o mundo [...] o preconceito linguístico o mais sutil de todos eles atinge um dos mais nobres legados do homem, que é o domínio de uma língua.

Além disso, o domínio do português padrão é outro fator importante, pois exclui socialmente aqueles que não se adequam à língua. A exemplo disso, tem-se os sotaques das regiões do nordeste que é considerado, por alguns indivíduos, um vocabulário incorreto e estranho, o qual se transforma em motivo para invalidar a fala ou ridicularizar a vítima. Em casos como esses, o desrespeito com as pluralidades devido aos modelos de linguagens de outras áreas, colaboram não só com a inferiorização, mas também prejudicam a conquista de oportunidades, e também consistem em uma quebra de relação entre as pessoas.

Bortoni - Ricardo (2005) faz a seguinte observação:

No caso brasileiro, o ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna [...] variedades populares da língua tem pelo menos duas conseqüências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando, o que contribui para desenvolver nele um sentimento de insegurança, nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua- padrão.

Estas condições de preconceito e afastamento da vida social acaba por afetar alguns aspectos da vida das pessoas que vivem em exclusão social, acarretando em outros problemas como o isolamento social e até problemas psicológicos como a depressão.

A exclusão social e os problemas gerados por ela estão muito explícitos na vida cotidiana e a responsabilidade pela solução deste fenômeno é de toda sociedade, pois como já foi dito o preconceito linguístico é mais sutil, porém revela um preconceito ainda mais grave, que é a inferiorização de nordestinos e pessoas de outras regiões do Brasil que não são tão desenvolvidas financeiramente, mas que abrangem uma cultura local riquíssima e, por tabela, a supervalorização do eixo sudeste, para onde migram essas pessoas, em busca de melhores condições de vida.

A exemplo de consequência da exclusão social por meio do preconceito linguístico, tem-se uma participante de um programa de reality show chamado big brother brasil 2021, apresentado pela tv globo, em que uma das participantes

nordestina vira motivo de risos e chacota por conta de seu sotaque e suas variações linguísticas. Isso fez com que a mesma se sentisse retraída e ridicularizada ao ponto de pensar em mudar sua forma de falar.

Assim, marginalizadas e excluídas, inúmeras pessoas são vítimas dessa discriminação simplesmente por conta da forma como se expressam e do sotaque que está inteiramente ligado a fatores regionais.

No entanto, os efeitos do preconceito linguístico e da discriminação no desenvolvimento econômico e social das nações não cabem na literatura acadêmica e não foram totalmente avaliados pelas organizações internacionais.

Os danos causados pelo preconceito linguístico vão além de danos psicológicos, podendo afetar, também, financeiramente, pois quando alguém é preterido em um processo seletivo de emprego por ter um sotaque forte ou pelas suas características apresentadas no uso da língua materna, o preconceito linguístico foi fator determinante para que o indivíduo melhorasse sua condição financeira.

Sobre as consequências decorrente do preconceito linguístico para a sociedade,

Alguns especialistas destacam que o preconceito linguístico, fruto das questões socioeconômicas, pode ser considerado o que promove as mais graves consequências, pois integrantes de classes mais pobres acabam dominando variedades linguísticas mais informais, devido ao pouco ou quase nenhum acesso à educação formal. Por conta deste fenômeno, essa parcela populacional é excluída de seleções de emprego e um ciclo de pobreza é perpetuado. Pais e filhos sem acesso à educação acabam seguindo o mesmo caminho de poucas oportunidades de mudança de classe social. (SILVA, Wellington. Folha de Pernambuco)

Nisso há um papel para os linguistas por meio de estudos experimentais amplos para pesquisar os efeitos sociais e econômicos negativos do preconceito linguístico, como os efeitos sobre o desempenho dos alunos no sistema educacional, as taxas de abandono escolar, as opiniões e o envolvimento dos indivíduos com a sociedade e as autoridades, a manutenção de divisões sociais injustas e conflitos prolongados.

A forma de tratamento dada às pessoas que falam diferente do que se está acostumado a ouvir, pode traumatizar de maneira indelével uma pessoa. Em um primeiro momento, as palavras proferidas podem causar estranheza, levando

muitas pessoas a rirem de seu interlocutor apenas por ter pronunciado de maneira não habitual ao que o outro indivíduo está acostumado a ouvir.

E é essa discriminação social que sofre o falante ao se comunicar com pessoas de fora do seu círculo geográfico.

No entanto, é necessário tomar-se cuidado no momento de se posicionar quanto ao preconceito para não ser tendencioso, e não correr o risco de ser preconceituoso dentro do preconceito.

4 PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO MECANISMO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Por exclusão social pode-se compreender o distanciamento de um indivíduo que esteja em situação desfavorável ou vulnerável em relação aos demais da sociedade. Em regra, tal indivíduo é privado ao acesso à bens de consumo, moradia e/ou alimentação adequada. Normalmente, ela está relacionada a uma condição do capitalismo moderno, impulsionado pela estrutura do sistema econômico e político.

Sobre esse tema, esclarece Fernandes, (2000, p. 09),

As sociedades têm conhecido, através do tempo, modalidades diversas de diferenciação social. A total igualização das condições de existência, ora objetivo de alguns regimes políticos, ora ideal de certas construções doutrinárias, pertence à mera utopia e projeta-se ou num passado original ou num futuro idílico.

Por outro lado, é fato consumado que a linguagem é instrumento de poder em uma sociedade estratificada a qual o ser humano pertence. É através dela que ocorre a mobilidade social, ou seja, permite a mudança de classe social pelo indivíduo. Este ponto faz referência aos ensinamentos do estudioso francês Pierre Bourdieu, que ensina que existe um conjunto de conhecimentos considerados legítimos e que se sobrepõem aos demais e que por sua vez estabelecem vínculos com a ideologia da classe social dominante em detrimento a outros saberes que não concidentemente estão relacionados ao senso comum e àquelas pessoas marginalizadas pela elite dominante.

Dessa forma, o preconceito linguístico configura-se como um mecanismo de exclusão social, pois as formas de uso da língua portuguesa diferente daquela usada pela elite, são consideradas marginais, ou seja, menos importante, de menor valor.

Tal problema acontece muito, principalmente, pela ideia errônea de pessoas entenderem que a norma culta é absoluta, soberana quando na verdade não é. Trata-se de uma ideia que precisa ser desconstruída. A respeito das variedades linguísticas difere que, a norma padrão assim como a norma culta são duas coisas totalmente diferentes entre si.

[...] A norma culta, na perspectiva sociolinguística brasileira, é o nome que se dá ao conjunto das variedades faladas pelas pessoas que têm escolaridade superior completa, nascidas e criadas em ambiente urbano. [...] a norma-padrão é uma abstração de língua, um modelo ultrapassado e totalmente desvinculado da realidade contemporânea da língua. Por isso, existe um abismo largo e fundo entre a norma culta, ou seja, a língua realmente falada pelos brasileiros privilegiados, e a norma-padrão, que é

um código enrijecido que se inspira em usos muito antigo e ultrapassado. (Bagno, 2008, p. 6)

Portanto, fica claro que assim como outros mecanismos, o preconceito linguístico, deliberadamente instituído no país é ilegítimo, injusto e promove a pobreza e a exclusão social quando se apresenta como uma barreira para o indivíduo. Lembrando que no Brasil todos falam o português. E se na escola se aprende a língua padrão, também deveriam ensinar a aprender a respeitar as demais variantes da língua, pois:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1997, 21).

As variedades linguísticas do indivíduo demonstram sua percepção de mundo, adquirida pela sua vivência, pela sua experiência. Assim, a variedade linguística por cada um, se diferencia dependendo do grupo social ao qual está inserido. Mostrando que o discurso sobre o que é “certo” ou “errado” está carregado da ideologia dominante, presente em todas as áreas do conhecimento humano e impermeado no senso comum, sendo que em muitos casos, proferido por pessoas provenientes de grupos dominados socialmente, implicando na reprodução e materialização desta ideologia.

Sobre o tema variação linguística Görski; Freitas (2013, p. 21 apud Silva, 2015, p. 3), destaca:

[..] todas as variantes linguísticas possuem significado social e que a avaliação dos falantes em relação a essas formas interfere nos rumos da mudança; de que a língua faz parte da identidade sociocultural de qualquer grupo/comunidade; de que é preciso ter noção de norma(s) linguística(s) e da motivação política da escolha de uma “norma padrão”. Daí ser recomendável [...] que (re)conheça fenômenos de variação e de mudanças existentes no Português Brasileiro (PB) em seus diferentes níveis linguísticos e regiões do país, em diferentes épocas, seja na modalidade falada, seja na escrita, e que, a partir daí, busque entender as motivações linguísticas e/ou sociais da variação e das mudanças que envolvem os fenômenos por ele estudado.

Portanto na sociedade, a variedade linguística que se fala é um dos mecanismos mais importantes para que se tenha acesso às ocupações disponíveis no mercado de trabalho e de consumo. Por isso, a maior parte das pessoas sabem que precisam enfrentar as várias séries e graus do sistema de

ensino. Nisso está implícito o objetivo de “ser alguém na vida”, que só pode ser alcançado através da Educação formal. O sistema educacional poderia ser visto, assim, como uma grande máquina de produção de pessoas com qualificação suficiente para fazer as engrenagens funcionarem.

No Brasil o preconceito linguístico é muito frequente devido as diversidades culturais de cada estado, de cada região do país. Pode ser observado que em cada região do Brasil há sotaques e gírias diferentes e essa variação resulta em uma grande riqueza cultural do país, o que enriquece a língua portuguesa, causando assim a heterogeneidade da língua.

Para Voese (2005, p. 34)

Já não se pode, portanto, reduzir o uso da língua à função comunicativa: a interação verbal, embora se apóie na informatividade das expressões lingüísticas, inclui a observação de determinadas regras e acordos sociais, o que deve ser considerado como um conjunto de elementos extralingüísticos que parece acoplar-se aos sentidos do enunciado contribui de modo decisivo com o processo de significação.

Apesar disso, os gramáticos tradicionais julgam necessário ensinar nas escolas apenas a norma padrão, por ser a língua falada geralmente por pessoas de maior poder social e econômico e, por isso, é considerada a variante mais apropriada e de maior prestígio,

Bortoni-Ricardo declara que:

as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada tem de intrinsecamente superior as demais. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.33)

Com isso, vê-se que o domínio da norma culta é geralmente mais utilizado pelas pessoas da mais alta sociedade, fazendo assim com que os falantes das variantes consideradas não padrão, de classe baixa, sintam-se inferiores e vivenciem o preconceito não só linguístico, mas também social.

É importante observar que:

As línguas naturais são globais porque se apóiam também nos cinco sentidos que possuímos. Quando o homem fala, *todo o seu corpo se anima e adquire expressão multisensorial*; a incidência do olhar, a mobilidade dos músculos do rosto, os gestos, o ritmo cadenciado das frases, são outros tantos factores de comunicação verbal. A postura, os hábitos, os odores, os gostos, habitam a palavra e tornam-na um processo *pluridinâmico* no seio de cada coletividade sociocultural. Alguns povos uniam a palavra à música; às forças cósmicas; aos reinos minerais, animais e vegetais; aos espíritos dos antepassados; aos ritmos de fertilidade...O uso de máscaras, tatuagens, vestuários litúrgicos, adornos, pinturas corporais, sublinham a palavra dos

“actores” no teatro da comunicação (seja ele realizado num palco, numa igreja, num comício, numa escola, numa gruta sagrada ou numa festa do mundo VIP). (VERGANI 2002, p. 86)

As variedades linguísticas produzidas pelos grupos sociais marginalizados, quando usadas em ambientes que primam pelo uso de uma variedade considerada a “certa”, como as instituições de ensino, geralmente, são discriminadas pela justificativa de serem “inferiores”. Segundo Carboni e Maestri (2003, p. 59), “mais do que fato objetivo e histórico, a linguagem única é projeto social excludente”.

A variedade linguística das classes populares poderiam ser um fator a ser levado em consideração, quando se fala de aquisição de subsídios para uma transformação social, pois a mesma é primordial por trazer referências de mundo de uma classe social, mas, que ideologicamente é discriminada no ambiente escolar com o argumento de ser deficitária. Soares (2005, p. 22) afirma que:

Essa língua oral culta, que a escola valoriza, e a língua escrita constituem dialetos muito diferentes das práticas linguísticas das crianças das classes populares; por isso, essas práticas são rejeitadas pela escola e, mais que isso, atribuídas a um déficit linguístico.

Para Fiorin (2007), um dos reflexos da sociedade estratificada em classes sociais é a presença de preconceito linguístico, que em muitos casos discrimina descaradamente as variedades linguísticas das classes populares. Mostrando que cada grupo defende seus próprios interesses.

Neste ponto, é importante que a escola relacione o aprendizado a conhecimentos prévios, porém, esta relação poderia partir de uma variedade linguística pertencente à classe social dos alunos e não de uma variedade que não expressa a bagagem que eles trazem consigo.

A variedade de cada grupo é de fundamental importância no processo de interação social e de aprendizagem, pelo motivo de trazerem diversas vivências e formas de compreender o mundo que o cerca. Essas formas de entendimento de mundo seriam de grande valia se fossem trazidas especialmente para o ambiente escolar e, a partir daí, construir o conhecimento mais formal junto ao conhecimento materno dos alunos.

5 ANÁLISES E RESULTADOS DE DISCUSSÕES

O preconceito linguístico é prejudicial para a sociedade, atrapalha o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, por isso, deve ser desconstruído e combatido por todos. Para esse fim, o preconceito linguístico deve ser discutido desde sua origem, que é a base social. É importante a conscientização de que os processos variáveis da língua são naturais e acontecem em todos os âmbitos. É preciso desenvolver uma discussão ampla sobre diversidade, inicialmente cultural, social e, por fim, linguística.

Como afirma Bagno (2002), é necessário que essa conscientização reconheça e difunda os processos de variação da língua portuguesa, explicando sua natureza e fazendo compreender que existem “muitas formas de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Essa conscientização levará a entender que “não existe erro de português”, e sim outras possibilidades de uso da língua. Neste ponto, é importante modificar e tornar flexível os usos das linguagens de todos os falantes, dentro do contexto social e escolar. Importante destacar que:

(...) os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologizado preconceito (BAGNO, 2002, p.75).

A tolerância a tais valorizações, entretanto, não implica necessariamente na falta de vontade de mudá-las, especialmente se são negativas e preconceituosas. É importante, no entanto, que os linguistas tenham em mente que os valores atribuídos a formas estigmatizadas de discurso não padrão, não estão diretamente relacionados a características ou fatos linguísticos específicos, mas a, respostas emocionais às classes sociais das pessoas e ao uso da linguagem.

Um dos estudiosos mais renomados sobre o assunto é Marcos Bagno, e em seu livro cujo título é, Preconceito Linguístico, mostra as várias formas de caracterizar um ato preconceituoso, promovendo ao leitor a possibilidade de reflexão sobre o assunto, ao mesmo tempo em que mostra as formas de combatê-lo.

O preconceito linguístico influência de forma negativa na vida social do ser humano e deve ser extinto da sociedade. Uma das discussões propostas pelo autor leva em consideração um fator bastante relevante: a questão social e a

concepção de que língua é, categoricamente, aquela que se aprende na escola. Por outro lado, as variações existentes são utilizadas constantemente e, Bagno discute amplamente esse fato, afirmando que:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe, como vimos no Mito nº1, uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicadas nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico "errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente", e não é raro agente ouvir que "isso não é português (BAGNO, 2002, p.40).

São apenas diferenças, explicadas por fatores linguísticos e extralinguísticos, que assumem valorações sociais diferenciadas. É preciso que a sociedade que demonstra preocupação com outros tipos de preconceitos também chame para si a responsabilidade de combater o preconceito linguístico, que é tão nocivo quanto qualquer outro preconceito.

A sociedade passa a utilizar conceitos para definir a escala de uso do português padrão e marca os indivíduos como "certos" ou "errados" por sua forma de usar a língua, caracterizando-os, assim, de uma forma preconceituosa.

Sobre esse assunto, Possenti (1996, p.29) declara:

O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são históricas, culturais e sociais. Aceitamos que os outros (os que falam outra língua) falem diferente. Mas, não aceitamos pacificamente que os que falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente.

A variedade linguística vai justamente delimitar posições, em diversos segmentos. A linguagem mostra a posição social de um indivíduo, em geral, aqueles que ocupam uma posição privilegiada na sociedade projetam-se de forma diferente, pois utilizam uma linguagem bem mais elaborada, com propósito de convencer a classe menos prestigiada que, por suas condições sociais, ela também não tem como dominar o português padrão.

Por mais que isso nos entristeça ou irrite, é preciso reconhecer que o preconceito linguístico está aí, firme e forte. Não podemos ter a ilusão de querer acabar com ele de uma hora para outra, porque isso só será possível quando houver uma transformação radical do tipo de sociedade em que estamos inseridos, que é uma sociedade que, para existir, precisa da discriminação de tudo o que é diferente, da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria, da existência de mecanismos de controle, dominação e marginalização. (BAGNO, 2002, p.139-140)

É algo relativamente complexo e equivocado caracterizar uma determinada forma de falar como errada, mas constantemente vemo-nos fazendo ou agindo de tal forma, ou presenciando tal situação. Assim, considerando todos os aspectos relacionados ao preconceito linguístico, faz-se necessário uma ampla reflexão de como desconstruí-lo.

Portanto, o passo mais importante para combatê-lo é compreender que não existe “certo” ou “errado” na forma de se comunicar. Não é porque a pessoa não domina a norma padrão de uma língua, que ela não possa se comunicar, ou que, a forma como ela se comunica está errada. Assim, em linhas gerais, deve-se pensar em formas eficientes de combate ao preconceito, pois como todos os outros preconceitos, não deve ser tolerado.

Dentre as ações que se podem destacar como forma de combater o preconceito linguístico deve-se sugerir que o tema seja amplamente discutido no ambiente escolar, seja por meio de produção textual, seja através de rodas, de diálogos ou em outras atividades desenvolvidas no ambiente escolar. Pois, é muito importante para a melhoria da convivência entre os alunos, o que também é essencial para a sua formação e o desenvolvimento futuro da cidadania.

Um outro modo de enfrentar esse preconceito, é promover o estudo a respeito do tema linguagem, assim como das ciências que estudam o indivíduo, seja de modo uno ou de modo coletivo, como é o caso das sociologias e demais áreas afins, pois a ignorância muitas vezes está na raiz do problema e assim para a resolução do problema, precisa-se de conhecimento.

No caso do preconceito linguístico se a sociedade como um todo fosse esclarecida de como a linguagem se desenvolve, evolui e se modifica, do mesmo modo que conhecesse as características sociais, históricas e geográficas da sociedade, possivelmente seriam menos preconceituosa em relação à língua, pois quando se compreende o desenvolvimento das linguagens, é possível perceber o dinamismo do idioma, a sua capacidade de se ajustar ao que é praticado pelas pessoas, assim como as influências de outros povos.

Ainda como forma de evitar o preconceito linguístico, destaca-se aqui, no ambiente escolar o papel dos professores e demais agentes educativos, no sentido de que estes possuem a tarefa de ensinar a norma culta, mas podem e devem criar possibilidades para a compreensão de variações na linguagem não

culta, mais que é de fato muito importante para seus alunos. Pois os alunos já têm contato com diferentes formas de comunicação e também de adequação linguística, ainda que não percebam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi discutido no presente trabalho monográfico, pode-se concluir que o preconceito linguístico é resultante da ignorância, intolerância e principalmente da influência ideológica da elite dominante do país, configurando-se como um mal que precisa ser combatido.

Ao mesmo tempo em que é alimentado por mitos que são alimentados diariamente por diversos instrumentos como por exemplo as instituições de ensino, os meios de comunicações e as mídias que propagam o “certo e o errado”, tudo na visão da classe dominante, é claro.

Saber o que é preconceito linguístico é o primeiro passo para superar a discriminação e acabar com a segregação. No Brasil o problema atinge principalmente a população mais carente e as regiões mais precárias do país. Até mesmo um sotaque diferente é alvo de um tratamento preconceituoso, gera constrangimento e muitas vezes funciona como uma barreira para que o indivíduo progrida, seja na vida profissional, seja na vida estudantil.

Vale aqui destacar que muitos brasileiros não tem consciência das questões relacionadas ao preconceito linguístico, e seus efeitos negativos sobre toda a sociedade e principalmente para os alunos em termos de desenvolvimento acadêmico, pois não existe uma única forma certa de fala e sim diversas formas de estabelecer uma comunicação baseada em fatores diversos.

Essa pode ser uma maneira de ainda ensinar a norma padrão de linguagem, porém sem deslegitimar as variações linguísticas existentes no país. Pois a língua é viva, dinâmica e como toda ciência está em constante movimento e assim precisa de estudo crítico e imparcial.

A formação social da população brasileira é composta por diferentes contribuições socioculturais. Essas diferenças de cor da pele, posição social, o modo de falar e se expressar ou de manifestar sua cultura, que pode variar dependendo da região de origem de cada indivíduo, podem gerar diferentes tipos de preconceitos.

O falante, assim, passa a sentir-se inseguro, tendo em vista o fato de não enxergar em seu ensino o próprio uso linguístico, tão pouco em meios midiáticos. O indivíduo, então, começa a ver, por exemplo, a língua como algo “complicado” e hesita o conhecimento que tem sobre ela, o que o faz sentir-se acanhado ao se

expressar, pelo medo de deslizar nas regras e “passar vergonha” ou sofrer algum tipo de repressão.

Assim é nítido perceber o preconceito linguístico como mecanismo de exclusão social. Pois a exclusão social é o processo por meio dos quais os indivíduos pertencentes a determinados grupos são impedidos de acessar os bens e serviços que lhes possibilitam exercer plenamente seus direitos. Trata-se de um problema ligado as desigualdades sociais, que por sua vez está ligado a processos históricos, econômicos e culturais.

Tratou-se aqui sobre problemas associados ao preconceito linguístico relacionado à exclusão social, assim como grupos de indivíduos que, historicamente, sofrem com esse problema. Portanto, no contexto brasileiro, a exclusão social é fortemente marcada pelo histórico colonial do país. Em razão disso as populações menos abastardas economicamente são aquelas que possuem menos acesso às estruturas socioeconômicas.

O fim do preconceito linguístico depende de muitos fatores, especialmente da reconstrução social de alguns conceitos e do empenho de cada indivíduo para respeitar a forma como cada um usa a língua materna. Assim, é importante que se tenha em mente a necessidade de combater o preconceito linguístico, pois a pretexto de defender a pureza da língua portuguesa o grupo que teoricamente domina a variedade padrão, massacra os demais falantes sem compreender que dominar uma variante de prestígio como a norma padrão da língua, não implica dizer que não se deva reconhecer e respeitar as demais variantes.

No entanto, não se defende a supervalorização de qualquer tipo de conhecimento, seja ele o escolar ou o popular, e sim a consonância de um com o outro, não substituindo um pelo outro, e sim fazendo o diálogo entre ambos. Tal diálogo deveria ser função da escola, que muitas vezes não o faz.

REFERENCIAS

AMOÊDO, Rafael Seixas de; SOARES, Neiva Maria Machado. Transformações discursivas no contexto digital: análise multissemiótica do gênero meme. *Percursos Linguísticos*. Vitória (ES) v. 8, n. 18, 2018 Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/19130-59485-2-PB.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2022.

ANDRADE, M.L. de O. **Língua**: modalidade oral/escrita. São Paulo: cultura Acadêmica, 2011.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003

_____. **Não é errado falar assim!** em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Português brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Parábola, 2015.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF.

BORTONI- RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Nós chegemu na escola, e agora?**: Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CEZÁRIO, M.M; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2018.

DICIONÁRIO ONLINE . Disponível em: <http://www.dicio.com.br/preconceito/>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

FIORIN, J. L. A internet vai acabar com a Língua Portuguesa? **Revista texto livre**. n.1, v.1, Belo Horizonte, 2007.

FRANCHI, Carlos. Linguagem- atividade constitutiva. Reviste do Gel, n. especial, 37-74, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/280-674-1-SM.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2022.

FUZA, Ângela; MENEGASSI, Renilson; OHUSCHI, Márcia. Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.14, n.2, p. 479-501, jul./dez. 2011.

HALLIDAY, M. K. et al. Os usuários e os usos da língua. In: HALLIDAY, M. K. et al. **As ciências linguísticas e o ensino de língua**. Petrópolis: Vozes, 1974.

MARCUSCHI, Luíz Antonio et. al. **Fala e escrita**. Belo Horizonte: autêntica, 2001.

POSSENTI, Sírio. Porque (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP: Coleção Leituras no Brasil, 1996.

RSKI, Edair Maria; FREITAG, Raquel Meister Ko. **O papel da Sociolinguística na formação dos professores de Língua Portuguesa como língua materna**. In: Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o Ensino de Língua Portuguesa. MARTINS, Marco Antônio; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). Natal, RN: EDUFRN.

RICARDO, S M. R, **Educação em Língua Materna** - "A Sociolinguística em Sala de aula, parábola, São Paulo, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, Marta. **Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista**. Tabuleiro de Letras, V.04, p. 01- 32, Jun., 2012

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Doa-se lindos filhotes de poodle: **Variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1994.

VOESE, Ingo. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.